

50

O Governador Intendente
Pimenta de Castro

A sessão do Palácio de
Mitre

O 14 de Maio

379
390

organizer

O Governo Pimenta de Castro

A estas historicas No Palacio da Mi-
tra a revolucao de 14 de maio

O ministerio formado em 25 de Janeiro
foi completado em 4 de Fevereiro com a
nomeação do coronel frei Jeronymo Rodri-
gues Monteiro para o Estrangeiros.

Era um ministerio militar. So' dois
ministros eram civis, o da justica e o do fo-
mento. E era um ministerio de engenheiros,
pois dos ministros militares, 4 eram ~~en-~~
officiaes de engenharia, 1 official de artilhe-
ria e 1 official de marinha.

Em 12 de março, foi modificado este
composicao. O ministro frei J. Rodrigues
Monteiro passou para as Finanças, o
ministro Theophil de Trindade passou para
o Estrangeiros, e a almirante ^{frei Maria} Terceira
Quinnaraes ~~passou para~~ ministro de
Coloñias

Quanto a politica externa que ia de-
quar, e certo que em 4 de fev. informava. Mi-
nistro ingles de que era sua intenção proseguir
a mesma orientacao do seu predecessor, mas
a verdade e que nada se fez, que se visse.

Este general Pimente-de Castro era um velho republicano, mas era tambem um grande eccentrico.

Era commandante da 6.ª Divisão quando teve de fazer a critica de uns exercicios de quadros realizados na area da sua Divisão. Assistia á critica o ministro da guerra Antunio Vasconcellos Porto. Fez a critica em termos tão irónicos, tão ~~causticos~~ ^{causticos}, que, acabada a conferencia da critica dos exercicios, o ministro ~~deu~~ ^{telegraficamente} para ~~o~~ ^{o seu ministerio}, que o expuseram immediatamente de commando da Divisão.

Em 1911 ^{na} commandava a Divisão do Porto. Tendo em sido eleito deputado á Constituinte pelo circulo de Chaves, foi agradecer a minha eleição. Ao chegar ao Porto, o boato dizendo que Paiva Couceiro tinha entrado a fronteira com forças armadas, eram immensos. Entendi ser do meu

dever ir ao Quartel General oferecer o
 meu prestimo para ~~ser o portador de~~
~~para~~ ~~Chaves~~ quaisquer ordens ou instru-
 ções que o general quizer ~~em favor meu~~
 O general recebeu-me muito bem e, de
 pois de me ouvir, disse:

— Obrigado. Mas não preciso man-
 dar nada. Não ha nada. O seu. tem
 tra-se do cometa que aqui ha pouco
 annos andou ^{por} ali? Lembra-se de ouvir
 dizer que a cauda do cometa havia de
 devorar a terra, fari-a desaparecer,
 e não sei que mais? Pois agora é o
 mesmo... com o Parvo Cometa. ~~Faça~~
~~boa viagem~~, agradeço a sua
 atenção; ^{faça boa viagem} e não pense mais nisso. O Com
 etta ou qualquer outro não fazem nada!
 Acompanhou-me até à porta, e ao
 despedir ~~me~~ disse ainda:

— Adeus. Boa viagem. E se vir por lá
 o cometa, dê-lhe saudades.
 Depois de aprovada a Constituição
 de 1911, e eleito Presidente da República

Dr. Manoel d'Almeida, este ^{as} encaixar
 depois de reacção ministerial, ridicou
 o ^{João Chagas} ^{General Pinheiro de Castro} para ministro de Guerra. João Chagas
 não era pessoa para tolerar ^a mais
~~atenuações~~ com pequena falta de atenções.
 O general Pinheiro de Castro não ligava
 a ninguém a ninguém. Achava em
 si mesmo de ministros uma grande ma-
 cad e á noite, em batendo as 22 horas,
~~desligava o telefone e a central do telefo-
 ne para que ninguém se incomodasse.~~
 Escusado será dizer que, não passou ~~o~~
 muito tempo ^{sem} que João Chagas ~~se~~ es-
 tivesse aborrecido com ~~os~~ ministros
 que não apparecia ou não era ^{principal} quem
 tratava.

Vem o dia 5 de Outubro de 1911. Concor-
 ro entre com forças pela fronteira de Bragança
 e o Virreio. ^{o que succedeu} ^{poté ser lido a Prof.}
 29 de ^{um} ^{pamphlet} ^{de} ^{João} ^{Chagas} ^{intitulado} ^à ^{Ultima} ^{Crise} ^{que} ^{está} ^{arguendo}
~~o~~ ~~seu~~ ~~impresario~~ ~~que~~ ~~se~~ ~~distribuiu~~
~~fôra~~ ~~do~~ ~~governo~~ ~~de~~ ~~João~~ ~~Pinheiro~~ ~~de~~ ~~Castro~~
 Foi preciso que João Chagas pu-
 desse ser ministro.

Nesse este dilemma ao Presidente de Repu-
 blica: a demissão do general de Ministros
 da Guerra ou a demissão de Todo o Ministe-
 rio. O Dr. Manoel d'Avizage assumiu
 muito contrariado a demissão do general.
 Eis o homem quem o Presidente de
 Republica, atribiliariamente, entregava
 ao Governo de Republica

*

O partido republicano português
 ao ver a composição deste Governo fer-
 vora démarches no sentido de lhe faci-
 litar a acção e de lhe dar feição acentu-
 adamente republicana. Sugeriu mesmo
 a entrada do Dr. Antonio José d'Almeida
 ou do Dr. Brito Camacho, com o que, man-
 tendo-se-lhe o caracter de france opposi-
 ção ao partido republicano português (demo-
 cratico) se lhe dava a feição republicana.
 Mas o tempo ia passando; quanto á
 ida de tropas para France, já se não falava
 em tal; falava-se em eleições, mas tam-

de demoravam.

Para Concursos e todos os compromettidos nas incursões, appareciam em Lisboa. (*)

Appareciam Actos de ditadura: transgressões arbitrarías, notas officiaes dizendo que o Parlamento não renuncia, como era seu direito.

O povo começou a agitar-se.

Numa noite, o deputado democratico Henrique Cardoso é morto a tiro no momento em que ia a entrar para a escada do Directorio do partido, que dava para a rua que ládeia o Theatro de S. Carlos pelo lado poente.

Em 24 de fevereiro é publicado dictatorialmente um Decreto alterando o collegio eleitoral.

Em 2 de março outro Decreto altera o processo eleitoral.

E, ^{continuavam} contudo, as negociações para este Gov. ~~se~~ se colocar melhor perante as massas republicanas. Em 3 de março, isto é, na véspera da violencia que já estava decidida a praticar contra o Parlamento, ainda houve uma conferencia dos presidentes das duas Camaras com o Presidente da Republica e com o presidente do Governo.

[Faint, mostly illegible handwriting covering the page]

(*) Em Outubro de 1911, fui enviado
para a comissão de estudos em Portugal
em Outubro de 1912, fui enviado para
a comissão de estudos em Lisboa
em Outubro de 1913, fui enviado para
a comissão de estudos em Lisboa
em Outubro de 1914, fui enviado para
a comissão de estudos em Lisboa
em Outubro de 1915, fui enviado para
a comissão de estudos em Lisboa

Tudo baldado. No dia seguinte, 4 de março, quando os parlamentares se dirigiam para o Palácio do Parlamento para se reunirem em sessão de tarde e da Câmara dos Deputados, encontraram o Palácio cercado de guarda-república e policia, com ordem de não deixar entrar ninguém. Nem mesmo os presidentes podiam entrar.

A 4 annos de Republica tinha nos annos ditadura a não deixar funcionar o Parlamento.

Senadores e Deputados reuniam-se immediatamente em casa de Affonso Costa, na Rue Duque de Palmelle, esq. Costa, na Rue Duque de Palmelle, e ali de manhã para a Rue Braamcamp, e ali de tarde liberaram logo que a Câmara, o Senado e o Congresso reuniram-se naquella mesma dia nos annos de Lisboa. Um homem influente em Loures, chamado Natividade Alves, ex-deputado republicano que hoje é partidário da ditadura do Estado Novo e funcionário do Governo Civil de

7-8

Lisboa, arranjou tudo para esta reunião se effectuar, sem precalços, em tanto outro do Tojal, no velho palácio da Mitra, assim designado por ter sido desde 1554 a casa desde época mais antiga (1291) residência de verão dos arcebispos de Lisboa.

Os parlamentares, formando grupos, sabiam de antemão por pontos diferentes ^{quasi} para não levantar suspeitas e foram reunir numa sala do 1.º andar do velho Palácio, onde normalmente funcionava a escola primária da localidade.

Deles sumários das sessões da Câmara dos Deputados e do Congresso realizadas, de vê o que se passou nesses sessões, juntos com estes sumários.

Quando o Governo teve noticia desta reunião, já a tarde acabou.

Depois de realizada a sessão do Congresso no Palácio da Mitra de Santo António do Tojal, muitos foram os republicanos que sentiam que a República corria graves riscos. Não eram os republicanos que governavam; nalguns sítios não se podia dar vivas à República; noutros, como em Lisboa, era proibido tocar à Portuguesa; os implicados nas incursões ou nas tentativas monárquicas de 1912, 1913, 1914 estavam todos dentro do território português; Saive Conceição passeava altiva pelas ruas da Capital. A morte trágica de Henrique Carmona tinha sido uma provocação. A Revolução era inevitável.

Era, porém, necessário dar tempo a que as violências do Governo cressem aquella atmosphera que dá a victoria ás revoluções, tanto mais que António José de Almeida e Pinto Canas ainda apoiavam o Governo no receio de que, desamparado, elle cahisse definitivamente nas mãos dos monarchicos.

Iniciados o trabalho revolucionario foram seguidos ignorados das autoridades e até de muitos republicanos. De subito, os marinheiros da Armada comprometeram-se já na Revolução e recusaram-se que

[Faint, mostly illegible handwritten text, possibly bleed-through from the reverse side of the page.]

que os seus navios fossem desarmados, mi-
 puseram a sahida de revueltas e ~~princes~~ ^{dentro de} ~~princes~~
 horas. E eis ~~com~~ ^{com} ~~foi~~ ^{foi} que na
~~mañana~~ ^{mañana} de 14 de maio, ~~foi~~ ^{foi} ~~o~~ ^o ~~velho~~ ^o ~~com~~
 vacado Vasco da Gama ~~de~~ ^{de} o signal de re-
 volucao as 3 ~~horas~~ ^{horas} ~~de~~ ^{de} ~~revoltando~~ ^{de} ~~o~~ ^o ~~de~~ ^{de} ~~seguid-~~
 outros navios de guerra, o Arsenal de Ma-
 ninha e o quartel de Marinheiros. O Chefe
 de revolta no mar era o capitão de fragata
 Jaime Leste do Nêgo, e o chefe no quartel de
 marinheiros era o capitão-tenente José de
 Freitas Ribeiro, meu colega no ministério de
 1913. No Cap. 16º vem narrada a ~~prática~~ ^{prática} que tomou
~~este~~ ^{este} ~~movimento~~ ^{movimento} a unidade que eu commandava.
 Nos jornas da epocha e em outros publi-
 cacoẽs vem a narraçaõ do que se passou.
 No ~~mesmo~~ ^{mesmo} ~~dia~~ ^{dia}, ~~antes~~ ^{antes}, assinaava-se
 um amnistiaõ, segundo o qual o Governo

Pouente de Caxos se demittia para ser substituido por um governo nacional este-partidario.

No livro "A Revolucao de 14 de maio" que escreveu o capitao, hoje coronel, Joao Antonio Correia dos Santos official que, por parte do exercito, assinou o amnistiao com que findou a Revolucao, se encontra a narraçao de quanto se passou.

E para terminar junto o curioso documento que vem citado pelo jornal "A Capital" de 1 de junho de 1915 e pode ler-se na integra a pag. 152, 153 e 154 do livro - relatorio publicado pelo Dr. Manoel d'Amiaga em 1916 e que se intitula "Na primeira presidencia da Republica Portuguesa".



Nasceu fóra do tempo. Não se lhe compreende a psicologia senão reintegrando-o na época histórica de seu verdadeiro nascimento. A qual era— a Revolução Francêsa.

Nesse período ele estaria ao lado de Saint Just, talvez fóra amigo de Couthon! Mas, e sem receio de desmentido possível, seria ele então ajudante de Fouquier-Tinville, o acusador público, nem implacável, nem sanguinário, nem cruel. Dois princípios únicos a dominar uma maneira de proceder: 1.º)—A Lei; 2.º)—A Justiça. Síntese dos dois:—Defender a Republica.

E assim, no atual parlamento, não ha juiz que lhe mereça benevolencia. Os juizes atiram a Republica para um desvão, proclamando a benemerencia dos conspiradores? Pois Henrique Cardoso toma os juizes entre dentes e dilacera a magistratura.

Um maduro objetou-lhe:—«Você não respeita a independencia do poder judicial!»

Trôco imediato:—«Pudera! Pois o poder judicial não respeita a independencia e integridade da Republica.»

Em face da resposta, logica e decisiva, o interrogante afastou-se. Não sem que o Henrique, perseguindo-o, citasse Fouquier-Tinville, enorme figura a que os recentes trabalhos historicos deram o alto relevo que os mercenarios da Historia lhe haviam sonogado.

Carta confissão do sr. Manuel de Arriaga

Vetu publicada hoje na integra em alguns jornaes da manhã a carta que o sr. dr. Manuel de Arriaga escreveu ao sr. dr. José de Castro no dia immediato ao da constituição do actual governo. Ha n'essa carta uma confissão preciosa, que a Historia commentará devidamente. Está n'estas palavras, que transcrevemos:

Com a minha sahida, mantida a estabilidade do novo regimen, ficaremos todos mais á vontade: os srs. ministros para annullarem os decretos do governo transacto, que, em verdade, estão, quasi todos, fóra do mandato restricto que eu conferi ao meu venerando amigo general sr. Pimenta de Castro, na minha carta de 23 de janeiro, carta que tornei publica, com o firme proposito de afastar qualquer intervenção estranha, no uso das minhas prerogativas (imposição do exercito) e, principalmente, para definir o campo, extremamente restricto, d'esse mandato, que, no fim de contas, se resumia em evitar um conflicto imminente entre o exercito e a Republica e proceder ao acto eleitoral, na inteira garantia da imparcialidade de voto.

O sr. dr. Manuel de Arriaga confessa que quasi todos os decretos do governo Pimenta de Castro estão fóra do mandato que conferiu a esse seu venerando amigo. As pessoas que combatiam a dictadura e que por isso mesmo defendem o acto revolucionario que a derrubou podiam desejar melhor argumento para reforço das suas opiniões? E os jornalistas hespanhoes, que se teem farto de illudir a opinião publica do seu paiz com falsidades de todo o genero, não vêem nas palavras do sr. dr. Manuel de Arriaga, que tanto veneram, uma aspera condemnação da politica do sr. Pimenta de Castro?

Note-se ainda que o ex-presidente fala sem rodeios na «imposição do exercito», que teve de afastar, no uso das suas prerogativas, tornando extremamente restricto o campo de acção em que o sr. Pimenta de Castro poderia mover-se. Em tudo isso deviam reparar os jornalistas hespanhoes...